

"O sistema funcionaria como uma estrutura organizada de compartilhamento de riscos", afirma Simone Sampietri Creoruska

A crescente frequência de eventos climáticos extremos reacendeu o debate sobre a criação de um sistema nacional de proteção financeira contra catástrofes. A proposta, em discussão entre o governo federal e o mercado segurador, busca reduzir os prejuízos causados por desastres naturais e ampliar a cobertura financeira da população.

Para a advogada Simone Sampietri Creoruska, especialista em Seguros e Resseguros do escritório Barcellos Tucunduva Advogados, a proposta representa um avanço importante na forma como o país poderá enfrentar os impactos financeiros provocados por enchentes, deslizamentos, secas severas e outros desastres naturais. Segundo ela, atualmente grande parte dos prejuízos acaba sendo absorvida diretamente pelo Poder Público e pelas próprias vítimas, o que torna a recuperação mais lenta e onerosa.

Na avaliação da especialista, o sistema funcionaria como uma estrutura organizada de compartilhamento de riscos. As seguradoras assumiriam uma primeira camada das perdas por meio da oferta de produtos acessíveis e padronizados para pessoas físicas, empresas e entes públicos, enquanto as resseguradoras absorveriam parte significativa dos prejuízos de maior severidade, ampliando a capacidade do mercado sem comprometer sua solvência. "Esse compartilhamento é essencial porque eventos catastróficos provocam perdas extremamente elevadas e atingem milhares de pessoas simultaneamente, exigindo uma distribuição mais eficiente dos riscos", explica.

[Leia aqui na íntegra.](#)

Fonte: Migalhas, em 01.07.2026